

OS POSSÍVEIS ENCONTROS ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: UMA ANÁLISE SOBRE ESCRAVIDÃO, PODER SENHORIAL E O PONTO DE VISTA DOS DOMINADOS NA OBRA DE MACHADO DE ASSISMarcio Toledo Rodrigues¹**RESUMO**

Este artigo, baseado na análise de um conto literário que foi escrito por Machado de Assis, chamado *O Caso da Vara*, tem o propósito de discutir a relação entre escravidão e poder senhorial no Brasil do século XIX, vislumbrando os possíveis caminhos de diálogo que existem entre a história, como processo social e como disciplina, e a literatura, como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte documental para a produção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Machado de Assis; Escravidão; poder senhorial.

ABSTRACT

This article, based on the analysis of a literary tale that was written by Machado de Assis, called *The Case of the Stick*, aims to discuss the relationship between slavery and power of slaveholders in XIX century Brazil, envisioning the possible paths of dialogue that exist between history, as a social process and as a discipline, and literature, as a form of artistic expression of society with historicity and as documentary source for the production of historical knowledge.

Keywords: Machado de Assis; slavery; power of slaveholders.

INTRODUÇÃO

Por intermédio do estudo de um conto literário, este artigo pretende fazer uma ponte entre a História e a Literatura, colocando-as para interagir, com vistas a permitir outra forma de leitura e abordagem histórica do passado, bem como novas possibilidades de reconstruí-lo, interpretá-lo e compreendê-lo.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra. Professor de História da rede estadual de Minas Gerais.

A fonte primária utilizada para nossa pesquisa, como já dissemos acima, pertence ao gênero literário definido como “conto”. A respeito desse tipo de texto, Elisângela Aparecida Lopes escreveu o seguinte:

[...] Tal como o entendemos hoje, o conto se configura como uma narrativa recente, que marcou sobretudo o século XIX, entendido por muitos estudiosos do gênero como o “século de ouro do conto”. Sua teorização inicia-se com Edgar Allan Poe, quando estabelece premissas para a “boa forma” desta narrativa: a brevidade, a coerência e coesão entre as partes, que devem se encaminhar para uma tensão crescente que se resolve no desfecho da história. Poe destaca ainda a importância de se manter a atenção do leitor até o desfecho, quando o conflito irá se resolver através de um final que seja, de preferência, surpreendente. Desta forma, o conto deve ser construído sob a fórmula de uma reta ascendente, cujo desenrolar da narrativa encaminhe o leitor para um final marcado pelo elemento surpresa. [...]. (LOPES, 2007, p. 35)

Interpretando a citação acima, é possível concluir, então, que o conto não é uma forma qualquer de escrita. Ele tem suas peculiaridades que o singularizam no universo literário. É conciso, preserva a coerência e coesão entre as partes, produz um clima de tensão crescente e, além disso, termina, preferencialmente, de maneira surpreendente. Essas características, tão importantes nesse tipo de texto, estão bem representadas no conto que escolhemos, *O Caso da Vara*, cuja autoria é de Machado de Assis.

A escolha desse autor não foi aleatória, relaciona-se ao fato de o considerarmos um bom intérprete de sua época. Entendemos que por intermédio de seu testemunho histórico, podemos pensar algumas das questões de seu tempo, especialmente no que se refere à escravidão, o poder senhorial e o ponto de vista dos dominados, assuntos relevantes para a compreensão da História do Brasil no século XIX. Para fundamentar essa perspectiva, embasamo-nos num trecho do texto *Diálogos políticos em Machado de Assis*, onde Sidney Chalhoub afirma o seguinte:

[...] Meu argumento é que Machado de Assis, em vários de seus escritos, testemunhou e analisou sistematicamente o ponto de vista do dominado – ou do dependente, ou do subalterno, ou seja lá o que mais – em tais situações, que eram rotineiras e agudamente perigosas ao mesmo tempo (CHALHOUB E PEREIRA, 1998, p. 99).

No entanto, queremos deixar claro que a maneira como leremos Machado não é única, é apenas uma das possíveis formas de leitura dos seus trabalhos. Assim sendo, reconhecemos que existem outras possibilidades de abordagem das obras desse escritor. Porém, especificamente para as finalidades dessa investigação, o texto dele será visto como um testemunho histórico, uma fonte documental, que nos permitirá analisar alguns aspectos importantes da sociedade em que o autor viveu, seguindo o que foi proposto na introdução do livro *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*:

Em outras palavras, a proposta [aqui] é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negá-lo (CHALHOUB E PEREIRA, 1998, p. 7)

“O Caso da Vara”: Escravidão, Poder Senhorial e o Ponto de Vista dos Dominados

O conto escolhido para a nossa análise, “*O Caso da Vara*”,² foi publicado, pela primeira vez, na *Gazeta de Notícias*, no ano de 1891. Logo após, portanto, de dois acontecimentos históricos relevantes: a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Porém, a história que é desenvolvida nele, remete-nos a um período bem anterior à data de sua publicação, como nos relata, já no início do texto, o próprio narrador. Assim conta ele: “Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano; foi antes de 1850” (ASSIS, 1997, p.95). O texto faz, então, uma clara alusão ao ano de 1850. Essa data não parece entrar nessa história por um acaso. É sintomático que ela sirva como referência

² O conto descreve a seguinte história. Damião, não querendo permanecer no seminário para onde tinha sido levado pelo padrinho, João Carneiro, resolve fugir. Já na rua, sem saber ao certo que rumo tomar, decide pedir ajuda a Sinhá Rita, uma viúva muito querida por seu padrinho. Inicialmente, ela hesitou, mas, diante da lisonja do rapaz, concorda em interceder pelo mesmo. Ela, então, manda chamar João Carneiro e o incumbe de convencer o pai do rapaz a desistir de fazer dele um padre. Ao longo da trama, o jovem Damião simpatiza com uma das crias da sinhá, a negrinha Lucrecia, que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço, correndo, portanto, o risco de ser castigada por sua senhora. Ele teve pena da negrinha e resolveu apadrinhá-la, caso a mesma não conseguisse acabar a tarefa. Contudo, ao final, no instante em que a menina realmente receberia o castigo por vadiagem, ele teve que se decidir entre proteger a pequena escrava e desagradar a Sinhá Rita, ou agradá-la, dando-lhe a vara que pedira e que estava próxima da marquesa, para que o castigo fosse aplicado. Querendo tanto sair do seminário, resolve, então, estrategicamente, pegar a vara e entregá-la à Sinhá.

temporal para marcar o contexto histórico do episódio narrado. Foi o ano que entrou em vigor uma nova lei, a Eusébio de Queiróz, aprovada em 4 de setembro, que pôs fim à entrada de escravos no Brasil. Sobre esse contexto, afirma Suely Queiróz:

Já não se podia contemporizar. Invocando o argumento formal de que após o término do tratado de 1826 o tráfico se tornara uma questão de competência interna, e como tal chegara a hora de resolvê-la, o governo brasileiro se empenhará em extingui-lo, desvinculando-o, no entanto, da questão maior da abolição da escravidão. Essa será a obra de Eusébio de Queiróz, na defesa do projeto que se converteria na lei nº 581 de 4 de setembro de 1850 (QUEIRÓZ, 1999, pp. 26-27).

Essa lei, diferentemente da que foi editada em 7 de novembro de 1831,³ mostrou-se eficiente no combate à entrada de escravos africanos no país. Entre as medidas que previa, uma delas, o julgamento dos infratores realizado pelo almirantado brasileiro, em primeira instância, e, em segunda instância, pelo Conselho de Estado,⁴ parece ter contribuído para o seu sucesso, pois transferia para o governo central uma tarefa que antes havia sido conferida aos júris locais, mais suscetíveis às pressões.

Segundo Suely Queiróz, com a vigência da lei, o número de escravos que entravam no país decaiu acentuadamente, já nos primeiros anos de seu funcionamento:

A eficiência desses mecanismos, somada à firme determinação de Eusébio de Queiróz em aplicá-los, é atestada pelas estatísticas reproduzidas por Manchester: 54 mil escravos importados em 1849, cerca de 23 mil em 1850, aproximadamente 3 mil em 1851 e apenas 700 no ano seguinte (QUEIRÓZ, 1999, p. 27).

³ Esta lei, que declarava extinto o tráfico africano para o Brasil, ficou conhecida como “para inglês ver”, pois sua determinação de oferecer liberdade aos escravos que entrassem ilegalmente no país nunca foi obedecida. A rigor, naquele período, a entrada de africanos aumentou, já que a lavoura cafeeira, que estava em expansão, necessitava de mais mão de obra escrava.

⁴ BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Em seu artigo 8º dispunha o seguinte: Todos os apresamentos da embarcação de que tratam os artigos 1º e 2º, assim como a liberdade dos escravos apreendidos no alto mar, ou na costa antes do desembarque, no ato dele, ou imediatamente depois em armazéns e depósitos sítos nas costas, e pontos, serão processados e julgados em primeira instância pela Auditoria de Marinha, e em segunda pelo Conselho de Estado. O governo marcará em regulamento a forma do processo em primeira e segunda instância, e poderá criar auditores de Marinha nos portos onde convenha, devendo servir de auditores os juizes de direito das respectivas comarcas que para isso forem designados.

A lei de 1850, ao impossibilitar a entrada de novos cativos no Brasil, golpeou o sistema escravocrata, que não ruiu naquele momento, mas sofreu um significativo abalo. De acordo com Emília Viotti da Costa, a lei contribuiu decisivamente para a crise do regime escravista, que se instaurou nas décadas seguintes. Assim diz essa autora:

A cessação do tráfico lançou sobre a escravidão uma sentença definitiva. Mais cedo ou mais tarde estaria extinta, tanto mais quanto os índices de natalidade entre os escravos eram extremamente baixos e os de mortalidade, elevados. Era necessário melhorar as condições de vida da escravaria existente e, ao mesmo tempo, pensar numa outra solução para o problema da mão de obra (COSTA, 1999, p. 285).

Voltemos à análise do conto. Apesar de considerarmos que a data de 1850 foi colocada propositalmente no texto, não devemos nos esquecer que a história narrada nele não se desenrola exatamente naquele ano. O narrador não sabe ao certo a data em que tudo aconteceu, mas afirma que foi antes de 1850. Sendo assim, refere-se, então, a um período que precede a Lei Eusébio de Queiróz e a extinção do tráfico de escravos para o Brasil. Isto é um dado significativo. Indica que a história descrita transcorre num tempo em que a hegemonia senhorial-escravista ainda não estava sendo seriamente questionada, ou seja, num período em que a escravidão e as relações senhoriais preservavam-se fortalecidas. Como bem assinalou o historiador Robert Conrad: “[...] Não só a escravatura permaneceu vigorosa durante os primeiros dois terços do século XIX, como também a maior parte das outras características da era do domínio português sobreviveram(sic) com notavelmente pouca alteração” (CONRAD, 1975, p. 25)

Em *O Caso da Vara*, Machado se utiliza de uma contenda doméstica, aparentemente sem grande relevância, para ilustrar algumas das marcas distintivas dessa sociedade patriarcal, tais como a escravidão, o poder senhorial e as relações de dependência, favores e apadrinhamentos.

Vejam os alguns pontos de destaque desse conto, onde essas questões estão presentes e que, por isso mesmo, merecem uma análise mais detalhada e minuciosa da nossa parte. Logo no parágrafo inicial – que relata o instante da fuga do rapaz, que fora levado ao seminário pelo padrinho João Carneiro – define-se o drama de Damião

e assinala-se um importante fundamento patriarcal da sociedade oitocentista: a prevalência da vontade senhorial. Assim escreve Machado:

[...] Passado alguns minutos (Damião) parou vexado; não contava com o efeito. Desconhecia as ruas, andava e desandava; finalmente parou. Para onde iria? Para casa, não; lá estava o pai que o devolveria ao seminário, depois de um bom castigo. [...] Para onde iria? Lembrou-se do padrinho, João Carneiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria coisa útil. Foi ele que o levou ao seminário e o apresentou ao reitor:

- Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor.

- Venha, acudiu este, venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã. Moço... (ASSIS, 1997, p. 95).

Como podemos perceber, ao descrever o momento da fuga, o conto deixa evidente, já no início da narrativa, que a destinação do moço à carreira de padre não era vontade sua, mas imposição paterna. A própria fórmula usada pelo padrinho para apresentá-lo ao reitor, parece ser a senha do projeto idealizado pelo pai de Damião e que representava sua vontade, não a do filho. E a resposta dada pelo reitor, só serve para reforçar a autoridade e o propósito paterno, apenas acrescentando-lhe a necessidade do cultivo de alguns valores, como humildade e bondade, que tornassem esta grandeza mais compatível com o exercício da vida eclesiástica. A convergência das duas falas, a que reproduz o desígnio paterno e a que exprime a advertência do reitor, ajudam a evidenciar uma dimensão significativa da referida sociedade, um traço distintivo da mesma e que atravessará o texto, o paternalismo. Obediência e lealdade ao senhor eram, naquele contexto, deveres que dependentes e dominados deveriam respeitar e praticar. Nesses termos, não caía bem, nem ao próprio Damião, contestar abertamente essa vontade senhorial, a não ser que isto se fizesse por meio de sutis estratégias e dentro das brechas existentes. A respeito do paternalismo, afirma Sidney Chalhoub:

As políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX poderiam ser apropriadamente descritas como paternalistas. A característica comum a tais políticas de domínio – presente assim tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas

livres dependentes – era a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial. O mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto, situado ao topo de uma pirâmide imaginária. (CHALHOUB e PEREIRA, 1998, p. 99).

Richard Graham, em seu *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, também descreverá com propriedade essa relação paternalista, realçando os favores e as vantagens que se garantiam aos subordinados por agirem, ou ao menos parecerem agir, com obediência e lealdade diante de seu benfeitor. Diz o autor que:

O paradigma familiar orientava as relações sociais entre lideranças e liderados, e em seu interior mesclavam-se força e benevolência. Obediência e lealdade compravam favores. Obediência e lealdade permitiam ao dependente escapar ao uso da força pelo patrão. Obediência e lealdade asseguravam assistência protetora e, por conseguinte, criavam uma importante defesa contra a força que outros possíveis líderes empregassem. Como consequência inevitável, a falta de obediência ou lealdade submetia o indivíduo à punição do patrão e o deixava exposto, de forma vulnerável, à exploração dos outros. (GRAHAM, 1997, p. 42).

Bom, continuemos nossas reflexões. O conto segue seu curso, trazendo-nos outros detalhes enriquecedores dessa história. Disposto a não mais retornar ao seminário, o jovem Damião, demonstrando conhecer as regras que pautavam as relações sociais de sua época, resolve buscar ajuda de quem possa ampará-lo, protegê-lo, já que não podia enfrentar abertamente seu pai. Pensa ele: “Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário...” (ASSIS, 1997, p. 95). Sinhá Rita era uma viúva, muito querida por João Carneiro, padrinho do menino. Ao que tudo indica, a mesma possuía alguma influência sobre o padrinho do rapaz, já que ele respeitava sua autoridade. Com posição social privilegiada, ensinava, tanto as crias dela quanto as de fora, a fazer renda, crivo e bordado. Esse era um dos seus principais afazeres. Quando o rapaz chegou na casa dessa senhora, pedindo-lhe ajuda, era exatamente isso o que ela fazia. Inicialmente, a sinhá, demonstrando espanto e incompreensão, recusa-se a ajudá-lo. Machado descreve esse momento da seguinte forma:

[...] Enquanto o rapaz tomava fôlego, (sinhá) ordenou às pequenas que trabalhassem, e esperou. Afinal, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse.

– Como assim? Não posso fazer nada.

– Pode, querendo.

– Não, replicou ela abanando a cabeça; não me meto em negócios de sua família, que mal conheço; e então seu pai, que dizem que é zangado!

Damião viu-se perdido. Ajoelhou-se-lhe aos pés, beijou-lhe as mãos, desesperado.

– Pode muito, Sinhá Rita; peço-lhe pelo amor de Deus, pelo que a senhora tiver de mais sagrado, por alma de seu marido, salve-me da morte, porque eu mato-me, se voltar para aquela casa (ASSIS, 1997, p. 96).

Não aceitando a recusa de sua possível protetora, ele demonstra habilidade em jogar dentro das regras do sistema patriarcal. Reconhecendo-se como dependente, ajoelha-se diante de Sinhá Rita e implora sua intercessão, afirmando-lhe que se ela quisesse, realmente podia ajudá-lo. Esse “tal discurso político dos dominados envolvia a capacidade de atingir objetivos importantes utilizando criativamente – e reforçando, ao menos aparentemente – os rituais associados à própria subordinação”, como nos diz Chalhoub (1998, p. 99). Portanto, o moço sabia exatamente do que precisava: transformar a sua necessidade em uma vontade que fosse dela. Ele, então, enche-a de mimos e lisonjas, e vai ainda mais longe. Dominando os meandros das táticas dos subalternos dentro de uma sociedade hierarquizada, e sabendo da influência que Sinhá Rita tinha sobre seu padrinho, ele provoca a viúva, colocando em dúvida o poder que esta tinha em relação a João Carneiro. Ao pôr em xeque a força de Sinhá Rita, ele mexe com o seu orgulho, obrigando-a a mostrar sua influência social e a posicionar-se ao seu lado, tomando seu partido. Esse instante é narrado da seguinte forma:

Sinhá Rita, lisonjeada com as súplicas do moço, tentou chamá-lo a outros sentimentos. A vida de padre era santa e bonita, disse-lhe ela; o tempo lhe mostraria que era melhor vencer as repugnâncias e um dia... Não, nada, nunca! Redarguiu Damião, abanando a cabeça e beijando-lhe as mãos; e repetia que era a sua morte. Sinhá Rita hesitou ainda muito tempo; afinal perguntou-lhe por que não ia ter com o padrinho.

– Meu padrinho? Esse é ainda pior que papai; não me atende, duvido que atenda a ninguém...

– Não atende? Interrompeu Sinhá Rita ferida em seus brios. Ora, eu lhe mostro se atende ou não...

Chamou um moleque e bradou-lhe que fosse à casa do Sr. João Carneiro... (ASSIS, 1997, pp. 96-97).

Após conquistar a proteção da viúva, que mandara chamar seu padrinho para uma conversa, o jovem sente-se amparado e, mais à vontade, se solta. Ele, então, enquanto aguarda a vinda de João Carneiro, começa a contar anedotas para Sinhá Rita e a faz dar bons risos. Mas não é só à senhora que o jovem faz rir, há mais pessoas presentes. É nesse instante do conto que aparece mais uma personagem importante na trama, e que muito nos interessa para ilustrar melhor nosso estudo. Como falamos antes, a viúva vivia de ensinar a fazer renda, crivo e bordado. Uma de suas aprendizes, uma menina de apenas 11 anos de idade, chamada Lucrecia, era também sua escrava. A pequena estava no ambiente quando o jovem começou a contar as histórias. Encantada com o que ele falava, ela se distraiu do trabalho e ficou mirando o moço. Ao perceber isso, Sinhá Rita ameaçou a menina de castigo, lançando mão do seu poder de punir. Assim é relatado o episódio:

[...] Sinhá Rita pegou uma vara que estava ao pé da marquesa, e ameaçou-a:

– Lucrecia, olha a vara!

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrecia receberia o castigo de costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. [...] Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão ... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste. (ASSIS, 1997, p. 97).

Sentindo pena de Lucrecia, e considerando-se culpado pela distração da menina, Damião resolve que, caso fosse necessário, iria apadrinhá-la. Se a pequena não desse conta do trabalho e a viúva quisesse castigá-la, ele, então, a protegeria. Essa parte do texto deixa evidente como eram importantes as hierarquizações e as relações de dependência que caracterizavam a sociedade daquele tempo. Assim como Damião dependia de Sinhá Rita para livrar-se da imposição paterna, ela, Lucrecia, precisaria dele para não ser castigada por sua senhora. Outro aspecto que também nos chama atenção, nesse trecho relatado, diz respeito ao fato de que a vida dos escravos não era nada fácil, nem mesmo quando se tratavam de crianças, já que o não cumprimento

das tarefas impostas acarretava, em muitas das ocasiões, punições dos mais diversos tipos. Era evidente que a sociedade organizava-se em função do domínio e dos interesses senhoriais, que recorriam inclusive à força para fazer valer sua vontade. Sobre essa questão, assim relata Emília Viotti da Costa:

Quando as recomendações e os conselhos não surtiam o resultado almejado, recorria-se aos castigos. Os mais usados eram a palmatória, o tronco, os vários tipos de chicotes e açoites. Empregou-se mais raramente a golinha, as algemas, os anjinhos, a máscara de latão e o cárcere. O açoite e a palmatória constituíam pena disciplinar comum, reconhecida e autorizada pela própria legislação. [...] A sociedade estava organizada em razão do domínio e da prepotência. A prepotência do pai sobre o filho, do marido sobre a mulher, do senhor sobre o escravo, das autoridades sobre o povo. A agressão física fazia parte integrante desse quadro que, em certos aspectos, persiste ainda em algumas regiões do país (COSTA, 1999, p. 292).

Avançando um pouco mais em nossa discussão, queremos destacar outro ponto relevante do texto, que se revela a partir da ameaça que Sinhá Rita faz a Lucrecia. Quando lançamos um olhar mais atento ao mesmo, não deixamos de perceber que, se em primeiro plano, as referências temporais configuram o drama de Damião à espera da resolução de seu pai, subliminarmente, com a meia palavra que requer um bom entendedor, o autor registra, de forma aparentemente despreziosa, o drama de Lucrecia e as obrigações a serem cumpridas por ela e pelas outras pequenas colocadas aos cuidados de Sinhá Rita. É uma clara referência ao trabalho escravo doméstico de crianças. Por meio do conto, então, Machado revela a dura realidade a que estavam submetidos os pequenos escravos e, ao mesmo tempo, expõe criticamente os excessos praticados pelas elites dominantes em relação ao trabalho compulsório infantil. Ao que parece, a labuta excessiva dos sem eira nem beira, mesmo quando se tratava de crianças, não dava motivo algum para escândalo, já que os mesmos eram vistos como propriedade particular de seus senhores, e a estes deviam obediência e trabalho, em troca do adestramento e do provimento das necessidades básicas. Maria Cristina Luz Pinheiro, escrevendo sobre o trabalho escravo doméstico de crianças durante o Segundo Reinado, afirma que:

O trabalho doméstico teve para a criança escrava, independente do gênero, o significado de um adestramento, da internalização do lugar

que ela ocupava naquela família e na própria escravidão. Significava também vivenciar uma teia de relações próxima à família senhorial, que tinha a responsabilidade de prover as necessidades básicas desses escravos, enquanto estes lhe deviam obediência e trabalho. Os meninos e meninas desempenhavam múltiplas tarefas, como servir à mesa, abanar moscas, carregar água, lavar pratos, servir café, auxiliar na cozinha e na limpeza da casa, esvaziar e limpar os urinóis, preparar o banho dos senhores. Também lavavam os pés dos membros da família e de visitantes, engraxavam sapatos, escovavam as roupas, carregavam pacotes, balançavam a rede, faziam pequenas compras, levavam recados, cuidavam das crianças, eram pajens e mucamas. Enfim, uma variedade de serviços que proporcionavam o conforto dos senhores e senhoras. As atividades desenvolvidas no âmbito doméstico não obedeciam a um padrão rígido. Eram constituídas de uma ampla variedade, ou seja, a divisão do trabalho não se operava de forma rígida. O mesmo crioulinho que abanava moscas podia servir à mesa, buscar água, engraxar sapatos. A crioulinha que descascava e ralava a mandioca ajudava na cozinha, cuidava das crianças, também balançava a rede para o senhor dormir mais depressa. (PINHEIRO, 2005, pp. 177-178).

Por ora, voltemos ao problema de Damião. Convocado pela viúva, João Carneiro vai até a casa dela. Ao chegar lá, dá de cara com o afilhado e isto o empalidece. Sem perder tempo, Sinhá Rita exige de João Carneiro que convença o pai do moço a não enviá-lo de volta ao seminário, argumentando que o mesmo não tinha vocação alguma para a vida eclesiástica, e que seria melhor um padre a menos do que um padre ruim. O padrinho do rapaz, após zangar com o mesmo e ameaçá-lo de castigo, insinua que talvez nada pudesse fazer, tendo em vista que a missão lhe parecia impossível. Nesse instante, a viúva, usando do mesmo artifício que o rapaz usara anteriormente com ela, diz-lhe que, se ele, João Carneiro, quisesse, tudo se arranjaría. No entanto, o pedido dela é muito mais contundente que o do rapaz, tendo em vista que não ressoa como uma súplica, mas como uma ordem, posto que ela já resolvera que o jovem moço não voltaria mais ao seminário. Ao padrinho só restava acatar a decisão. Assim diz a viúva: “[...] Ande, senhor João Carneiro, seu afilhado não volta para o seminário, digo-lhe que não volta...”. Torna-se evidente que a viúva estava, pelo menos naquele instante, numa posição de superioridade em relação ao padrinho do rapaz, que provavelmente era um dependente seu ou lhe devia favores. Este, por um lado, temia desagradar seu compadre, mas, por outro, receava desobedecer Sinhá Rita, que lhe parecia ameaçadora. No fundo, e ao final, não estava muito preocupado

com o futuro do moço, queria apenas livrar-se dessa enrascada em que se metera. Empurrado por Sinhá Rita e sem vislumbrar outro remédio, “o barbeiro meteu a navalha no estojo, travou da espada e saiu à campanha. Damião respirou; exteriormente deixou-se estar na mesma, olhos fincados no chão, acabrunhado”. (ASSIS, 1997, p. 98).

Aguardando a resposta de seu pai à intervenção do padrinho, Damião ficou apreensivo e cabisbaixo por algum tempo. Durante o jantar, mostrou-se menos alegre que na primeira parte do dia. Mas, ao fim, voltou às anedotas da manhã. Um pouco depois, chegaram cinco moças vizinhas, visitantes habituais da viúva, com quem tomavam café todas as tardes. Enquanto isso, as discípulas da sinhá, após o jantar, voltaram ao trabalho. Já era tarde, mas as meninas continuavam os seus afazeres que, ao que tudo indica, tinham sido iniciados bem cedo. Por seu lado, Sinhá Rita, Damião e as cinco moças, iniciaram um momento de descontração, do qual estavam excluídas, é claro, as pequenas “crias”. Envolvido pelo clima divertido, e atendendo a um pedido de Sinhá Rita, o rapaz repete a anedota que contara mais cedo e que agradara muito à senhora viúva. Após o riso das visitantes, ele não esquece de olhar para Lucrecia e verificar se a menina rira de novo. A pequena, porém, parecia estar inteiramente absorvida pela urgência de terminar a tarefa. Por isso, “*Não ria; ou teria rido para dentro, como tossia*” (ASSIS, 1997, p. 95). Mesmo que quisesse, a pequena não podia mais prestar atenção ao que o moço contava, pois isto representaria desconcentrar-se do serviço e correr o risco de não executar toda a tarefa, e sua senhora, que já havia lhe ameaçado, não a perdoaria. Caso não conseguisse atender a ordem, o castigo viria, como forma de disciplinarização e adestramento, já que a criança escrava também estava submetida à lógica do sistema escravista, devendo dar algum retorno produtivo ao seu senhor. Nesse sentido, escreve Maria Cristina Luz Pinheiro:

A definição da idade em que a criança escrava tornava-se força produtiva, ou mesmo quando ela começava a desempenhar algumas tarefas, se aos quatro, cinco, aos sete, ou aos doze anos, tinha pouca importância diante das exigências da ordem econômica e social escravista. Importa-nos verificar que a criança escrava não era uma carga inútil para os senhores e que podia começar a trabalhar muito cedo. Essa era a lógica do sistema escravista. (PINHEIRO, 2005, p. 73).

Bem, a essa altura, devemos estar curiosos para saber se o padrinho de Damião obteve sucesso em sua empreitada. O jovem rapaz, então, nem se diga; estava que era pura ansiedade e inquietação. Após as vizinhas irem embora, à boca da noite, chega um escravo do padrinho com uma carta para Sinhá Rita, onde contava o seguinte:

[...] O negócio ainda não estava composto; o pai ficou furioso e quis quebrar tudo; bradou que não, senhor, que o peralta havia de ir para o seminário, ou então metia-o no aljube ou na presiganga. João Carneiro lutou muito para conseguir que o compadre não resolvesse logo, que dormisse a noite, e meditasse bem se era conveniente dar à religião um sujeito tão rebelde e vicioso. Explicava na carta que falou assim para melhor ganhar a causa. Não a tinha por ganha; mas no dia seguinte lá iria ver o homem, e teimar de novo. Concluía dizendo que o moço fosse para a casa dele. (ASSIS, 1997, p. 100).

No relato que faz da conversa que teve com o compadre, João Carneiro lança luz sobre uma estratégia de convencimento bem interessante, da qual ele fez uso. Para persuadir ao compadre, em seu argumento, não diz que é o menino que não quer voltar, mas, de maneira ardilosa, coloca, em primeiro plano, a questão da conduta moral do jovem moço, que agira como um rebelde e vicioso, para justificar que ele talvez não mereça e nem tenha aptidão à vida eclesiástica. Ao fazer assim, o padrinho do rapaz não diz exatamente o que o pai de Damião deveria fazer, mas, sem questionar abertamente as prerrogativas senhoriais de seu compadre, e sem indispor-se com ele, busca arrancar-lhe aquilo que se deseja, sem, contanto, pedir-lhe nada e nem tampouco enfrentá-lo. Como afirma Chalhoub, “tal discurso político dos dominados envolvia a capacidade de atingir objetivos importantes utilizando criativamente – e reforçando, ao menos aparentemente – os rituais associados à própria subordinação” (CHALHOUB E PEREIRA, 1998, p. 99).

A reação do rapaz à carta do padrinho acaba sendo a de descrença num desfecho feliz para sua história. Ele mostra-se incrédulo quanto à disposição do pai em ceder. Sinhá Rita, baseando-se na sua influência sobre João Carneiro, pega uma meia folha e escreve a seguinte resposta, que envia ao padrinho do rapaz: “[...] Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos. Fechou a carta com obreia, e deu-a ao escravo, para que a levasse depressa [...]” (ASSIS, 1997, p. 100). Após fazer isto, volta-

se para o rapaz e o reconforta, dizendo-lhe que sossegasse, que aquele negócio já era dela. Essa última fala, demonstra que a viúva não iria esmorecer, e que ela já considerava a situação do rapaz resolvida, custando o que fosse, pois ela o apadrinhara e iria até as últimas consequências, se necessário. “Hão de ver para quanto presto! Não, que eu não sou de brincadeiras”! (IDEM, 1997, p. 100).

A parte final do conto é intrigante e revela um desfecho, no mínimo, provocador, surpreendente e desconcertante. Em relação à situação de Damião, não restava dúvida, já estava remediada, era apenas uma questão de tempo até o pai aceitar que o moço não voltaria mais ao seminário. O padrinho do rapaz não desapontaria a viúva, que não desistiria do intento. Mas e a pequena Lucrecia, o que seria dela? Havia chegado a hora de a viúva recolher os trabalhos, e a pequena não tinha conseguido acabar sua tarefa. Damião cumpriria com o prometido e a salvaria do castigo? Sinhá Rita olhara por ele, e a menina, ela também encontraria seu protetor, receberia a complacência do moço, que se comprometera a apadrinhá-la? Chegando a hora da verdade, Damião sucumbe à força de seu interesse pessoal e prefere não enfrentar Sinhá Rita, entregando à viúva o que ela lhe pedira, *a vara* com que castigaria Lucrecia. Portanto, temendo desagradar sua protetora, ele não só não atendeu às súplicas desesperadas da pequena negrinha, como contribuiu para que a mesma fosse castigada, entregando à senhora o instrumento que seria usado na punição. Observe como esse instante é narrado no conto:

— Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!

Lucrecia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora, e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.

— Anda cá!

— Minha senhora, me perdoe! tossia a negrinha.

— Não perdôo, não. Onde está a vara?

E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar.

— Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista.

— Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

— Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

— Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita (ASSIS, 1997, p. 101).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade altamente hierarquizada, pautada por laços de dependência e patronagem, onde a vontade senhorial deveria prevalecer, dando o tom das relações entre as pessoas, tornava-se muito difícil, em certas ocasiões, quebrar determinadas regras e protocolos vigentes, implicitamente ou explicitamente, sem sofrer as consequências disso. Havia, portanto, condicionando o comportamento das pessoas, o peso das hierarquizações sociais. Damião sabia bem disto; não enfrentou a viúva porque dependia da sua proteção para livrar-se do destino que não queria, a vida eclesiástica. Precisava dela, e desobedecer sua ordem, representaria questionar sua autoridade, o que seria inaceitável, dentro daquela conjuntura. Nem seu padrinho ousara fazê-lo. Não lhe restava outra coisa, devia ser leal à viúva e negar ajuda a menina, que acabou por ser castigada. Esse caso narrado revela-nos, entre outras coisas, que, diante dessas diversas relações que Machado apresentou, envolvidas nesse sistema de subserviência, lealdade e obediência, não eram somente os escravos que se subordinavam ao paternalismo e autoritarismo dos senhores, mas também outras pessoas que, em virtude dos laços de dependência, acabavam não podendo agir aberta e livremente, estando elas igualmente presas a essa “política de favores” tão comum naquele tempo. Restava, então, aos subordinados, para conseguir o que queriam, o uso de delicadas estratégias que, ao menos aparentemente, reforçavam o domínio senhorial e as relações paternalistas. Antes de encerrarmos, há outro aspecto que queremos destacar aqui, nessa conclusão. Como era de se esperar de um conto, surpreendentemente, ao final, no desfecho dessa história, o que a narrativa nos facultava não é exatamente o do drama do seminarista, mas, sim, o da

menina. Desfecho este que, na verdade, vinha sendo sinalizado e sobre o qual talvez incidisse a expectativa da intervenção de Damião no sentido de evitar a surra prometida à pequena escrava. Nesse aspecto, o que vinha sendo encenado ao fundo, acaba ganhando, no fim, relevo maior do que a ideia que estava em primeiro plano durante quase todo o tempo, o que talvez nos permita inferir que Machado de Assis, além dos outros problemas tratados no texto, também quis, de maneira bem sutil, chamar atenção à certa experiência do trabalho escravo, imposta às crianças, na sociedade escravocrata brasileira do século XIX, insinuando possivelmente aos seus contemporâneos na década de 1890, período em que o conto foi publicado pela primeira vez, as consequências de tal experiência num país que não fizera, ou sequer iniciara, as reformas sociais necessárias para a efetiva integração dos negros, escravos e seus descendentes.

REFERÊNCIAS

Fonte Primária Impressa

ASSIS, Machado de. *O Caso da Vara*. In: *Coleção Livros o Globo – Machado de Assis: contos escolhidos*. São Paulo: Globo/Klick, 1997.

Bibliografia

CHALHOUB, S. e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, Elisângela Aparecida. "*Homem do seu tempo e do seu país*": senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

Artigo

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. *O Trabalho de Crianças Escravas na Cidade de Salvador*. Afro-Ásia, 32 (2005). Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32_pp159_183_CriancasEscravas.pdf> acesso em 14/04/2014 às 11:30.

Recebido em 15 de abril de 2015.

Aceito em 21 de outubro de 2015.